

# A PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL NO NORDESTE: séc. XIX

## Notas sobre a indústria doméstica têxtil do sertão nordestino

Fernando Patriota\*

O Nordeste, como uma das cinco regiões naturais do Brasil, estende-se por uma área aproximada de 1.542.000 Km<sup>2</sup>. Uma região de muitos contrastes em sua paisagem geográfica, corresponde ao espaço brasileiro de mais antiga ocupação pelo homem europeu e africano que aqui aportou no século XVI. No Nordeste, salienta M. C. de Andrade, "o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima, através do regime pluvial e exteriorizado pela vegetação natural." <sup>1</sup> Este geógrafo distingue deste modo quatro grandes e distintas sub-regiões nordestinas: a Mata, o Agreste, o Sertão e o Meio-Norte. Do ponto de vista histórico porém, o nosso recorte exclui o Meio-Norte, cuja formação vinculou-se predominantemente à evolução do antigamente denominado Grão-Pará e Maranhão.

Estabeleceu-se entre os estudiosos como um consenso que a formação histórica do Nordeste apóia-se desde a gênese na agro-indústria mercantil-exportadora como atividade fundamental, seguida complementarmente da expansão da pecuária e das chamadas atividades de subsistência. Essa primazia do setor dominante contribuiu para eclipsar a importância das atividades desenvolvidas pela grande parcela da população que se formou à margem do sistema produtivo de base escravista, sendo escassos mesmo os estudos referentes a esse lado ainda obscuro da vida econômica regional e à circulação de mercadorias nesse espaço para além do litoral.

\* Professor de História Econômica da UFPB. Mestre em História do Brasil pela UFPE, Doutorando em História Econômica pela USP.

<sup>1</sup> Andrade, M. C. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense 3<sup>a</sup> ed., 1973. p.

Procuramos assim estudar alguns elementos constitutivos da economia regional sob a ótica das atividades de subsistência, a indústria doméstica sertaneja, levantando algumas fontes que apontam à persistência secular da tecelagem artesanal nativa, a partir da continuidade quase estática da tecnologia indígena que a precedera e que foi apropriada pela população que aqui se amalgamou, nesses séculos constitutivos da formação social brasileira. Ainda, nossa atenção estará voltada para o Agreste e Sertão, as zonas de ocorrência deste estudo. A zona da Mata só incidentalmente aparecerá neste artigo, tendo importância secundária para os objetivos a que nos propomos.

O modo de ocupação histórica do território nordestino teve como vetor dinâmico a economia agro-industrial açucareira, na zona da Mata, configurando o primeiro esboço de divisão regional do trabalho ao subordinar o Agreste e o Sertão com a expansão da pecuária, como economias complementares da economia litorânea. No rastro das boiadas iam os homens e mulheres, a lenta expansão do ecúmeno gestando o povo nordestino, ao mesmo tempo que dizimava, destribalizava e integrava à força os nativos, à guisa de conduzi-los ao processo civilizatório. Essa população anônima foi adensando-se na caatinga sertaneja, vivendo uma vida quase autárquica, quase sem nenhuma ligação externa com o litoral. Nesse ambiente, quase uma face oculta, desenvolveu-se uma vida econômica endógena e um embrião de mercado regional onde imperava a pequena produção, as trocas de valores de uso, uma economia de subsistência a partir da produção de alimentos por um lado, e do artesanato e da indústria doméstica por outro. Nesse espaço a circulação da vida consumava-se nas feiras fragmentadas nas lonjuras, embora que sempre ancoradas nas proximidades de uma capela, de uma casa de fazenda abastada e nas proximidades de um rio ou algum outro veio de água potável. Essa vida material semi-fechada e quase amonetária mantinha frágeis ligações com a economia de mercado externo, cujo vínculo era feito através da pecuária atendendo a demanda

regional, sobretudo da zona açucareira, acrescido depois, já no século XVIII, da produção algodoeira<sup>2</sup>. Além disso, também as notícias que circulavam junto às mercadorias que os almocreves traziam do distante litoral nos lombos dos jumentos, animais cuja adaptação telúrica os tornava insuperáveis no desafio de atravessar com segurança a rispidez e o desconhecido da caatinga, com seu passo miúdo, dias, meses, anos a fio. O fazendeiro de gado e/ou algodão, absorvia as rendas oriundas desse setor, na função de proprietário/comerciante. Os vaqueiros, meeiros, cabras, moradores, camponeses dependentes e artesãos produtores de artigos com matérias brutas extraídas da flora, da fauna, e do extrativismo regional são os agentes desse protomercado, praticamente ausente dos estímulos monetários do mercado externo. Esses desbravadores anônimos da caatinga e suas famílias cuidavam do gado, caçavam animais silvestres e pescavam e plantavam roçados. Também aprenderam com os índios a quem combatiam, a conhecer e manejar os vastos recursos da caatinga, como as plantas curativas, as plantas têxteis e demais recursos que a mata branca escondia, então ainda indevassada. Em várias passagens de suas *Memórias*, Ulysses Lins deixa entrever o homem interagindo com o meio difícil do Semi-árido, usando os recursos da caatinga e transformando-os com o trabalho familiar, na quietude daquelas paragens isoladas:

*"Relativamente à iluminação, ele me disse que ainda alcançou o tempo em que aproveitava a cera de abelha para se fazer velas, colocando-se um pavio de algodão, no centro... Depois surgiu o*

<sup>2</sup> É consensual a vinculação entre o avanço do gado para o Semi-árido e a sua função de complementaridade à economia açucareira, como parte mais ampla do povoamento nordestino. Com o advento da Revolução Industrial inglesa, aumentou a demanda mundial de algodão em fins do século XVIII, estimulando o seu cultivo comercial no Agreste e Semi-árido do Nordeste e no Maranhão. Para além dessa vinculação estrita de mercado, Abdias Moura sugere um olhar mais atento para a aventura da ocupação dos sertões, que resultou afinal na formação da população pobre e expropriada dessas paragens. A margem da economia de grande escala, esses desbravadores desconhecidos tinham sua base de sobrevivência na economia natural e de pequenos produtores mercantis. MOURA, Abdias. *O Sertão do São Francisco. Subterrâneos da Cultura Brasileira*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1985.

*azeite - e veio aí o cultivo da mamona pelos sertanejos - o qual era posto num vaso, onde um pouco de algodão embebido no óleo fornecia a luz. Até que surgiu o querosene- verdadeira maravilha para a época. Apareceram então os funileiros, fabricando candeeiros de todos os feitios."*

*Outra invenção apreciável nos tempos idos ... tinha sido a almofada. Fiado o algodão no fuso, os fios eram aproveitados para a feitura de rendas... . As velhas rendeiras ensinavam às filhas, desde pequenas, aquele trabalho difícil, mas executado com a maior agilidade logo que a aprendiz penetrava nos segredos daquela arte verdadeiramente aracnídea.*

*"Também ali perto do Brabo, na Ipueirinha... havia o fabrico de farinha de macambira. O velho José Antônio e todos da família nunca compravam farinha de mandioca. Da sapata da macambira (uma bromeliácea), rica em amido, faziam a farinha, lavando a massa em muitas águas..."<sup>3</sup>*

No século XIX o Agreste e o Sertão consolidaram a sua rede urbana, a partir de estímulos externos via comércio exportador, associado a considerável e variada atividade econômica com produção, distribuição, intercâmbio e consumo local, ou simplesmente, uma economia de realização mercantil interna, configurando um embrião de mercado regional. Por outro lado o século XIX vive o apogeu e crise do escravismo brasileiro, com larga prevalência do setor mercantil-exportador no conjunto da economia, pouco alterado pelas mudanças institucionais do país. Assim, afirma Hoffnagel:

*"Se ao longo da segunda metade do século XIX, o país conseguiu efetuar a transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre, sem diminuir a sua produção agrícola, foi porque existia uma massa de homens livres pobres capazes de serem transformados em trabalhadores para os engenhos e fazendas do país."*

---

<sup>3</sup> ALBURQUERQUE, Ulysses Lins. Um Sertanejo e o Sertão. José Olímpio/MEC, 2ª ed., 1976, p. 153.



E acrescenta, citando Denis Bernardes, acerca da pequena produção de alimentos:

*"Lavoura marginal, secundária, dependente, sem expressão política oficial, seu papel foi tornar possível a lavoura comercial de exportação. Sem ela, é impossível explicar a simples existência das nossas populações rurais e mesmo urbanas e entender a realidade demográfica e social do país."*

*Insistindo sempre que o Brasil foi o açúcar, o café, o ouro, o algodão, o cacau, a borracha, o fumo, etc., esquecem os historiadores e economistas de acrescentar que foi também a farinha de mandioca, o milho, o feijão, a fava, a abóbora, e todos os frutos, peixes, caças, crustáceos, que bem ou mal sustentaram a população, deram força ao trabalhador, livre ou escravo, para produzir as mercadorias que faziam a riqueza dos senhores e do Estado...<sup>4</sup>*

A idéia de fazer este trabalho surgiu no decorrer de nossa pesquisa sobre a indústria têxtil do caroá no Sertão de Pernambuco, quando estudávamos a passagem da indústria doméstica à fábrica, no processo de beneficiamento dessa bromeliácea nativa dos sertões do Nordeste. Fazendo um exame retrospectivo no rastreamento desse artesanato nativo, observamos um permanente movimento de mercadorias produzidas regionalmente e que escapavam ao olhar vigilante dos estudiosos interessados legitimamente no lado mais visível da economia, o setor mercantil-exportador. Desse modo, além da agricultura de alimentos, as atividades de transformação também apareciam como recurso de sobrevivência para as populações pobres do Nordeste. Nesse caso, as atividades extrativistas e de coleta adquiriam um lugar proeminente, como resultado direto da apropriação da natureza pelos indivíduos<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> HOFFNAGEL, Marc. J. "O Trabalho livre, marginalização e manifestações políticas: o homem livre pobre na sociedade paraibana." In: Revista Ciência Histórica - UFPB. João Pessoa, 1985.

<sup>5</sup> XAVIER, Lauro Pires. O Caroá. Empresa de Pesquisa Agropecuária. Natal, 1942. O autor realiza nesta obra uma resenha bibliográfica e histórica da exploração do Caroá na história do Brasil colonial. Para o século XIX, Lauro Xavier nos traz copiosas informações do uso rotineiro do caroá nos sertões da Paraíba e Pernambuco. Destacamos a citação que ele faz de Euclides da Cunha por corresponder a uma descrição da casa rústica dos sertanejos, com sabor antropológico:

No Sertão, o extrativismo vegetal ainda hoje é praticado semelhante aos ensinamentos da herança milenar indígena<sup>6</sup>. Mas, não é de se admirar o conhecimento que os índios detinham sobre as propriedades de uso da flora sertaneja. Era essencial aliás, que detivessem esse conhecimento empírico sob pena de sucumbirem ante natureza tão severa. Destaca-se assim a tecelagem indígena dos nativos do Semi-árido, da qual os estudiosos nos deram vários exemplos em suas observações de campo. Falando a respeito dos Pankararu, diz Estevão Pinto:

*"Outrora, segundo informações orais, faziam esses índios redes de cordas. É possível que em outros tempos, alguns grupos indígenas do Nordeste brasileiro produzissem tecidos de caroá, pois Carlos Estevão de Oliveira encontrou na fuma do Padre, à margem do São Francisco, uma necrópole indiana e nela restos de tecidos feitos com essa excelente matéria."*<sup>7</sup>

---

"Euclides da Cunha, escrevendo o *"Diário de uma Expedição"* na campanha de Canudos, 1897, (*"Canudos"*, 1939, José Olímpio, p. 63 ), assim se refere aos recursos naturais da região seca:

As folhas grandes e resistentes do icó cobrem-lhe a cabana provisória e sustentam-lhe o cavalo; a caruá de fibras longas permite-lhe obter rapidamente cordas flexíveis e fortes....

E mais adiante... ao descrever o interior das casas de Canudos, Euclides descobre objetos de caroá:

Quando o olhar do observador se acomoda, afinal, à penumbra que reina no interior, percebe uma mobília que é a de todas as casas quasi: um banco grande e grosseiro; dois ou três banquinhos; redes de cruá... . A um canto o infalível par de caçuás (jacás) de cipó e alguns aiós, espécie de bolsa para caça feita de tecido de malha de cruá. Os aiós são agora empregados pelos jagunços para o transporte das munições de guerra. Cada um pode conduzir até 800 cartuchos". Esta terminologia cruá, como anotada por Euclides, certamente era uma variedade do termo caroá, afirma Lauro Xavier: "O ilustre publicista escreveu caruá e cruá.... percebe-se que a forma cruá não é comum no interior da Baía....

<sup>6</sup> MELO, Mário. "Os Carnijós de Águas Belas". In., *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Arquivo Público Estadual, Recife. 1950. Este autor, ao discorrer sobre a divisão do trabalho na tribo Carnijó de Águas Belas ( hoje denominada Fulniô), mostra a inserção do índio produtor de valores de uso na economia mercantil do Sertão, na primeira metade do século XX: "Alguns... são agricultores. Os restantes, especialmente as mulheres, são industriais. Vivem da primitiva indústria de utensílios de palha de ouricuri... e da fabricação de cordas de caruá... Preferem trabalhos à noite..., acocorados juntos à pequena fogueira, a cuja luz amortecida teciam a palha do ouricuri... ou entrançavam as fibras do caruá para vender o produto por preços miseráveis".

<sup>7</sup> PINTO, Estevão. "As máscaras-de-dança dos Pankararu de Tacaratu.(Remanescentes indígenas dos sertões de Pernambuco)". Recife, 1991. *Rev. Nordeste Indígena*.

Ney Strauch faz a seguinte observação em artigo intitulado "o tirador de caroá" :

*"utilizada sua fibra pelo aborígene para a confecção de cordas e fios para redes, foi por herança, também empregada pelos colonizadores portugueses."*<sup>8</sup>

É correto assim imaginar a anterioridade indígena no manejo dos recursos naturais da caatinga, com a produção de alimentos e as atividades de transformação, como a tecelagem. É lícito igualmente imaginar-se a população colonial apropriando-se dessa tecnologia indígena, como a tecelagem de cordas por exemplo, um instrumento de larga utilidade numa economia agrária, pecuária e de navegação. Cordas, redes, aiós, e, não menos importante, embalagens para o acondicionamento dos produtos comerciais<sup>9</sup>, eram artigos correntes da cultura material dessas populações pobres que viviam no limbo da economia mercantil. Ora, se de fato tem razão Hoffnagel, sobre a existência da massa de homens pobres livres capaz de suprir os postos de trabalho das fazendas e engenhos do Nordeste, no fim do século XIX, essa população foi se gestando historicamente nos marcos reprodutivos dessa economia natural, envolvendo a produção de alimentos e as atividades de transformação, desde

<sup>8</sup> STRAUCH, Ney. "Tirador de caroá / as usinas de caroá." In., *Revista Brasileira de Geografia*. Julho/setembro, 1949.

<sup>9</sup> XAVIER, Lauro Pires. *O Caroá*. Op. cit. . Sobre a produção de embalagens para transporte e condicionamento dos artigos destinados ao comércio, Lauro Xavier nos dá um interessante depoimento acerca desse segmento da indústria caseira, voltado para a importante tarefa de abastecimento de embalagens dos engenhos de rapadura: "*De fato, o caroá do nosso Curimataiú, às portas do Brejo, deve ter sido objeto de intenso comércio local. Basta ver que toda a produção de rapadura do Brejo é embalada em garajaus, os quais são amarrados com fibras de caroá. Raramente usavam outras como as do cipó mucunã. Salvo presentemente, que já estão substituindo pela de agave.*"

*E a fibra de caroá era tão importante para os engenhos que no município de Areia, Paraíba, o senhor de engenho, Francisco Galdino de Almeida, chegou a fazer na propriedade Patrício uma cultura de caroá, isto pelos anos de 1911 a 1915... Em todas as feiras do Brejo, Agreste e Cariri, vendiam e vendem fibras de caroá à razão de 1\$8, 2\$0, 4\$0, 8\$0 e até 10\$0 o milheiro, conforme a época. As feiras de Barra de Santa Rosa e Canoas, do município de Cuité, eram afamadas".* O autor escreveu isto em 1942, às vésperas da mudança da moeda de Mil-réis para Cruzeiro.

os séculos anteriores, combinando-se estruturalmente com o setor agro-exportador, ao absorver essa população diretamente excluída do segmento mercantil da economia.

Ao iniciar o século XIX, as perturbações políticas que assolam a Europa refletem-se na Colônia com a vinda da Corte portuguesa que aqui se instala. O Príncipe Regente D. João toma uma série de atitudes que parecem fomentar o desenvolvimento da manufatura interna, nas várias províncias do país. A capitania de São Paulo atravessa um breve surto industrializante com a instalação de unidades fabris de fiação e tecelagem de algodão a partir de medidas simultaneamente liberalizantes no tocante ao comércio, associadas a medidas de cunho protecionistas de incentivo às fábricas nascentes. A capitania de Minas também atravessa um surto manufatureiro nos setores têxtil e da metalurgia, para não falar do Rio de Janeiro, centro político e maior mercado urbano ao fim da era colonial.<sup>10</sup> Os benefícios do Alvará de 1808, revogando o nefasto alvará proibitivo de 1785, estenderam-se por toda a Colônia, dando um novo alento às manufaturas das diversas províncias. No Nordeste, o incentivo do Príncipe Regente manifestou-se na missão científica encomendada ao naturalista paraibano Manuel Arruda Câmara, designado para fazer um levantamento das possibilidades têxteis baseado nos recursos vegetais da região. Percorrendo o Semi-árido nordestino na primeira década do século XIX, este botânico realizou uma pesquisa pioneira de conhecimento e classificação da flora e da fauna regional, sistematizando uma base de dados sobre as possibilidades de exploração manufatureira das plantas fibrosas do Semi-árido, por solicitação direta de D. João. O estudioso no texto disserta sobre o algodão e "demais plantas que podem dar linhos," descrevendo o artesanato doméstico e parcialmente mercantil tal como era praticado pelas populações sertanejas. Ao

---

<sup>10</sup> MELLO, Maria Regina C. *A industrialização do algodão em São Paulo*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1983. A autora estuda as tentativas pioneiras de industrialização têxtil em São Paulo, entre 1813/1830.



descrever o processo artesanal quase como uma fotografia feita com palavras, o autor passa a recomendar a instalação de manufaturas no longínquo Sertão paraibano e pernambucano, mal iniciado o século XIX. No entanto, suas recomendações têm valor apenas premonitório, pois antecipam um quadro produtivo de tipo industrializante que só ocorreria nos anos 1930 do século XX, com a eclosão das forças produtivas capitalistas representadas nas usinas mecanizadas, na divisão do trabalho e exteriormente nas vilas operárias ao redor das fábricas de fibras de caroá que iam surgindo na erma paisagem sertaneja.

Mas esse é o marco final, pois até 1930 persistiu a tradição artesanal da tecelagem herdada dos nativos, a qual não sofreu alteração visível nas técnicas rotineiras e passadas ao longo de gerações, sendo sistematizadas nas observações de Arruda Câmara em 1810. Nesse sentido poremos em relevo a monografia que escreveu sobre essa planta, o caroá, pelo caráter antecipatório do seu estudo.

Preocupado em demonstrar a viabilidade do empreendimento manufatureiro recomendado ao governo, o autor discorre sobre o potencial econômico que encontrou nas fibras locais:

*"Esta fibra ou linho é forte, e capaz de se fazer dele cordoalha e até pano grosseiro, sendo tratado com arte, suprimindo a falta de cânhamo, ao qual se avanta pela barateza e pela enorme quantidade que a natureza oferece, sem necessitar de cultura. Os habitantes do Rio de S. Francisco tecem suas redes de pescar com o fio deste linho."*<sup>11</sup>

<sup>11</sup> CÂMARA, Arruda. *Dissertação sobre plantas que podem dar linhos, 1810*. (Obras reunidas por José Antonio Gonçalves de Mello). Recife, 1978. Na verdade, antes desta data, já o também agrônomo paraibano Lauro Xavier tinha dado relevo a esta monografia de Câmara, ao escrever um livro de resenha bibliográfica e histórica sobre o caroá, em 1942. Depois de rastrear as informações sobre o uso rotineiro do caroá e outras plantas nativas nos séculos coloniais, afirma Xavier: "Só em 1810 vamos encontrar o trabalho importante sobre o caroá, escrito pelo notável botânico paraibano, filho de Pombal, Manoel Arruda Câmara, que publica na Imprensa Régia, de ordem de Sua Alteza Real, no Rio de Janeiro, a monografia "Dissertação sobre as plantas do Brasil - que podem dar linhos para muitos usos da sociedade, e suprir a falta de cânhamo", e onde aparece a primeira descrição botânica...". XAVIER, Lauro Pires. *O Caroá*. Empresa de Pesquisas Agropecuária do Rio Grande do Norte - EMPARN. 2ª ed, fac - símile. Natal, 1982.

Quando ao processo de beneficiamento das fibras diz Câmara:

*"De dois modos se extrai o linho de caroá... I modo: arrancada a folha do tronco..., com a outra mão puxa-se com força o linho, que sai lançando de si água da vegetação, que ensopa a polpa; e por isso chamam a esta maneira de extrair o linho, "ensuar o caroá"; modo: arrancadas as folhas e amarradas em feixes, lançam-se na água, onde se deixa macerar por quatro ou cinco dias, ao cabo dos quais batem-se aos molhos, para a maceta não cortar o linho..."<sup>12</sup>*

Esta tecnologia rudimentar do artesanato sertanejo é incompatível com a racionalidade da manufatura, a qual aliava os melhoramentos tecnológicos com o aprofundamento da divisão técnica do trabalho no interior da oficina de tecelagem do caroá como a imaginava o botânico paraibano:

*"Outra causa há, mais visível ainda, de se ele não comprar barato; é a seguinte: aquele que se delibera a ir tirar este linho, faz seis diferentes operações ele só: a 1.<sup>a</sup> é arrancar as folhas, 2.<sup>a</sup> tirar os espinhos da margem, 3.<sup>a</sup> ensuá-las, como se explicam os rústicos, isto é extrair-lhes o linho à mão, 4.<sup>a</sup> transportar o linho para a ribeira ou poço, 5.<sup>a</sup> bater, 6.<sup>a</sup> estender o linho ao sol para enxugar e o recolher. Bem se vê que todas estas operações, sendo feitas por uma só pessoa, devem gastar mais tempo e que ficam mais trabalhosas e, por consequência, mais caro o linho; não aconteceria certamente assim, ocupando-se diversos sujeitos em cada uma destas operações. Não vemos nós nas artes, que exigem diversas operações, praticada a mesma economia?"<sup>13</sup>*

<sup>12</sup> CÂMARA, Arruda. Op. cit.

<sup>13</sup> Idem, Ibidem. Op. cit.

Para uma análise descritiva do processo manufatureiro, com ênfase no papel da divisão interna do trabalho ver: MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, Vol I; para uma análise do capital mercantil numa economia pré-capitalista ver: MARX, Karl. *O Capital*. Livro 3, vol. 5. Trad. Reginaldo Sant'Anna, Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1980.

O botânico paraibano, apesar de trabalhar por encomenda do governo, no entanto, estava a pregar no vazio. Em todo o Império verificam-se infrutíferos os esforços no sentido de levantar uma indústria manufatureira e fabril nos moldes daquelas que ocorriam nos centros onde se dava o processo histórico da revolução industrial. Mesmo isento do alvará de D. Maria I, proibindo as manufaturas no Brasil, em fins do século XVIII, é muito difícil imaginar, nos quadros da economia exportadora brasileira, por um lado, e se tendo em vista a demanda de mercados para as manufaturas estrangeiras por outro, o Príncipe Regente radicalizar as medidas protecionistas da indústria colonial nos moldes preconizados por Arruda Câmara e praticado esparsamente em várias províncias como a incipiente e breve indústria algodoeira de São Paulo que se desenvolveu entre 1813/1830, menos à custa do "interesse do lucro que do interesse patriótico", segundo os termos da época. Ademais das vantagens comparativas que o produto inglês incorporava devido ao processo produtivo da maquinofatura, a tarifa preferencial concedida aos artigos ingleses em 1810 tornava infrutíferas as medidas protecionistas e de fomento à criação de fábricas no país; por fim, a estrutura social que acomodava na base a maioria escrava e o considerável contingente livre e pobre, excluídos da renda mercantil, a qual era apropriada pela classe senhorial, pelos comerciantes e pelo Estado, dificultando a formação de uma população consumidora que desse base à formação de um mercado interno, o qual sustentaria o crescimento desse surto fabril. Apesar dos óbices apontados acima, esse ensaio de "nascimento das fábricas" em várias províncias nos anos finais do período colonial, sob os auspícios do Rei D. João VI, continuaria no Império recém-inaugurado, até iniciar a terceira década do século XIX.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> VIANNA, Oliveira. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. EDUFF, 1987. Niterói, RJ. "Realmente, em 1808, por um outro alvará, de 10. de abril, o alvará de 1785 foi revogado: - e imediatamente as atividades artesanais ou manufatureiras, por ele suprimidas, se restabeleceram e entraram a desenvolver-se num ritmo acelerado... Esta evolução industrial não tomou, entretanto, o impulso, nem se processou com a rapidez esperada. Para isto cumpre observar

*Saeculum II: Jul/Dez/1996*

Restabelecida a primazia do comércio importador para suprir os grupos abastados do Império, a vasta população pobre, livre da zona rural e dos vilarejos e cidades não apresenta descontinuidade na reprodução de sua vida material. Nos termos de Oliveira Vianna,

*"esta população, moradora, sitiante, arrendatários, agregados", que não possuía escravaria,..., era atendida e satisfeita, nas suas rudimentares necessidades de artefatos utensílios, armas, instrumentos de trabalho, panos, etc. justamente pelo artesanato livre, que se intercalava nas terras sobrando deste grandes domínios agrários, ou nos vilarejos e povoados das redondezas..."<sup>15</sup>*

---

concorreu a intervenção de uma nova causa embaraçadora, cuja ação seletiva foi perfeitamente semelhante à ação repressiva dos monopólios da Coroa.

Refiro-me ao Tratado de Comércio de 1810, firmado com a Inglaterra... Esta concorrência dos tecidos e outros produtos britânicos, mais baratos e superiores aos nossos, foi uma das causas que contribuíram para que permanecêssemos, até 1850, numa organização rudimentar de pequenas fábricas, de tipo manufatureiro e quase puramente eotécnico." pg. 198/200. STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950*. Campus Ltda. Rio de Janeiro. 1979. "Em 1830 o êxito da agricultura de exportação brasileira, sobressaindo agora o café que ofuscava tanto o algodão como o açúcar, fixou o modelo econômico ao qual o Brasil se ajustaria nos oitenta anos seguintes. Esse modelo determinou o tipo de trabalhador que veio para o Brasil, a natureza do comércio brasileiro, o papel do governo e, como resultado desses fatores, o ritmo da industrialização do país". P.21. O autor alude certamente às características de prolongamento do setor primário, que marcaria a primeira etapa da industrialização brasileira, como por exemplo a indústria de alimentos, a indústria têxtil, etc., cujas origens situam-se entre as décadas de 1890/1920, ocorrendo de modo descentralizado em várias regiões do país. Ver: CASTRO, Antônio Barros de. *7 Ensaio sobre a industrialização Brasileira*. Vol. II, 3ª ed, Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1980.

<sup>15</sup> VIANNA, Oliveira. Op. cit. p. 184. Este autor considera que o artesanato do homem pobre livre é apenas um apêndice na estrutura produtiva colonial, sendo estruturado segundo as normas da produção escravista das fazendas e cidades, ou seja, monopólio dos escravos. Ainda, o trabalho artesanal do homem branco só viria a se alastrar após 1850, com a derrocada do tráfico internacional de escravos e o direcionamento absoluto destes para a economia exportadora, liberando o setor artesanal e manufatureiro para a população livre, branca e forra. Ora, essa população livre e pobre, formou-se ao longo de várias gerações ocupando o limbo da estrutura sócio-econômica regional, cujos postos de trabalho eram-lhes estruturalmente vedados. De que viviam antes de 1850? Certamente da mesma coisa que fariam depois da proibição do tráfico internacional de escravos: eram pequenos produtores de mercadorias - alimentos e artefatos - valores de uso e que ao ir às feiras, ganhavam parcialmente valores de troca, na medida de suas necessidades, que também eram apenas parcialmente mercantis. Vianna não aponta documentos empíricos que comprovem sua afirmação dessa "reserva de mercado" do artesanato colonial e da indústria doméstica para exclusiva ocupação de negros, dentro da lógica estrutural do sistema escravista. É plausível contudo, e quase um axioma que, os grupos populacionais excluídos da renda monetária numa economia não-capitalista e mais, de base escravista, garantam a reprodução da vida material e, logo, a própria reprodução da espécie a partir da apropriação dos recursos da



Para o Nordeste no século XIX, assiste-se a consolidação da rede urbana do Agreste e do Sertão impulsionada pelo comércio algodoeiro e pela expansão da estrada de ferro, vale dizer, pela maior concentração do capital comercial como fator de impulsão urbana, aliado a outros fatores que contribuíram no crescimento das cidades.

*"Contam-se aí predominantemente as necessidades de centralização e controle do Governo Imperial e a produção agrícola e pecuária de subsistência que tem nos centros urbanos seus pontos de intermediação."<sup>16</sup>*

Esses pontos de intermediação das cidades e vilas sertanejas e agrestinas eram o desaguadouro e lugar de sociabilidade das populações interioranas; eram também o lugar de trocas e da frágil circulação de mercadorias do artesanato sertanejo. Ulysses Lins relata em suas memórias as conversas que mantinha com o velho Quinca Ingá, um sertanejo então centenário, nascido em 1854, que tinha sido compadre de seu pai na vila de Alagoa de Baixo-Pe. Diz então:

*"Com uma pontinha de ironia o velho Ingá referiu-se à indústria de João David... João David era um caboclo forte, de boa estatura, de peçoço taurino, cuja profissão era fazer gamelas com madeira de mulungu e umburana e colheres de pau (para panelas) de "feijão brabo". E eu sempre achava muita graça*

---

natureza, produzindo artefatos e alimentos. É como se tivesse acontecido historicamente um processo de produção e reprodução da gente pobre que, à margem da economia mercantil, reproduziu-se de modo quase vegetativo e na duração secular. É neste sentido que afirmamos que essa massa de homens pobres livres de fim de século gestou-se muito antes de 1850, contrariando a opinião de Oliveira Vianna. Cresceu junto e à margem da opulência e da concentração da riqueza da economia mercantil que dava os contornos estruturais da história agrária do Brasil. Quanto ao Semi-árido e o Agreste nordestinos, esta hipótese surge quase que concomitante ao desbravamento do Semi-árido nordestino. É que, entre outras razões, para cumprir o processo civilizatório, enfrentando, dizimando e aprisionando os índios, numa conjuntura favorável de preços da economia monetária, é implausível imaginar os escravos da África serem comprados para este tipo de guerra de duração secular, a chamada "Guerra dos Bárbaros". O episódio do bandeirantismo é ilustrativo dessa afirmação-hipótese.

<sup>16</sup> BERNARDES, Denis e CORREA, Sonia. *Agricultura e crescimento urbano: a formação da rede urbana no Agreste Pernambucano*. PIMES-UFPE. 1979.

*quando via João David entrar na vila, nos dias de feira, solene e despachado, ar triunfante, alegre, com o seu grande aió de caroá de lado, cheio de colheres de pau, com diversas gamelas, de diversos tamanhos, nas mãos. A freguesia já o esperava, sófrega, e depressa ele vendia tudo aquilo, voltando para o Brabo com a feira às costas: um saco com farinha, feijão, rapadura e café."*<sup>17</sup>

E ainda:

*"Com os fios de algodão, tecidos ao fuso, os sertanejos costuravam as suas roupas primitivas, feitas de tecido grosso fabricado nos teares. À falta de agulhas, utilizavam-se espinhos de mandacaru (cardeiro). Sendo que, pela dificuldade em obterem fios de algodão, os sertanejos serviam-se do fio de caroá, de preferência: desfibravam-lhe as folhas, com uma espécie de pente de madeira, pondo-as a secar ao sol."*<sup>18</sup>

O autor acima desfia vários exemplos da diferenciada indústria doméstica em suas memórias de coronel e chefe clânico sertanejo de fins de século; a vila de Alagoa de Baixo com suas noventa casas no sertão pernambucano espelha idealmente todas as vilas do interior nordestino: a feira- o lugar privilegiado dos valores de uso transmutarem-se parcialmente em mercadorias, numa economia de pouca circulação de papel-dinheiro, onde os artigos permutavam-se segundo seus valores de troca, de tal modo que o caboclo João David ia à feira na vila com seus artigos artesanais e retornava à fazenda do "Brabo com a feira às costas: feijão, farinha, rapadura e café".

Cabe aqui uma breve digressão comparativa com outras formações sociais, tendo em comum e em sua forma geral, a pequena produção mercantil. Ao estudar a formação do capitalismo na Rússia imperial do século XIX, Lenin afirma:

---

<sup>17</sup> ALBUQUERQUE/ Ulysses Lins. Um sertanejo e o sertão. 2ª. ed. José Olímpio/ MEC, 1976, Rio de Janeiro. pag. 152/153.

<sup>18</sup> ALBUQUERQUE, Ulysses Lins. Op. cit. p. 177. São várias as referências deste autor sobre a indústria doméstica sertaneja, como por exemplo: "... os fardos de algodão eram amarrados numa prensa de madeira, com grossos cipós, pois só muito mais tarde passaram a usar cordas de caroá. (Cordas que eram feitas pelos sertanejos, desde tempos imemoriais)." 153.

"A primeira forma de indústria, que se separa da agricultura patriarcal, é o artesanato, ou seja, a produção de artigos por encomenda do consumidor. Nesse caso, a matéria prima pode pertencer quer ao consumidor quer ao artesão, e o pagamento pode ser feito em moeda ou em espécie... . O artesanato, componente necessário da vida urbana, é também muito comum nas aldeias, onde funciona como complemento da economia camponesa... . Nessa forma de indústria ainda não existe produção mercantil; o que se verifica é apenas uma manifestação da circulação de mercadorias, quando o artesão é pago em dinheiro... . O produto do trabalho do artesão não aparece no mercado, quase não ultrapassando os limites da economia natural do camponês."<sup>19</sup>

Lênin descreve nessa obra o clássico processo de passagem de uma economia medieval à economia capitalista, pela ótica da expansão do mercado interno na formação social russa. No Sertão do Nordeste, numa economia não-capitalista e de base escravista, a pequena produção mercantil era bastante disseminada nos meados do século XIX, envolvendo a produção agrícola e o artesanato, este baseado no extrativismo da rica e diferenciada flora sertaneja. Nessa altura já se amalgamavam nos artigos a contribuição indígena e sertaneja propriamente redes, nós, cordas de caroá; chapéus de palha de ouricuri, maracás para brinquedos de crianças, artigos pertinentes à cultura material nordestina. Os indígenas e os sertanejos conheciam bem as potencialidades da caatinga e apareciam regularmente nas feiras com seus produtos, os quais, de modo parcial, eram "apenas uma manifestação de circulação de mercadorias."

Parece-nos então que a pequena produção mercantil dominou a reprodução da vida material dessas populações que viviam para além do litoral nordestino, as quais situavam-se no limbo da economia exportadora dominante, assim como à margem da renda monetária derivada da pecuária e do algodão. Para o século XIX, com a expansão da rede urbana no Agreste e

---

<sup>19</sup> LÊNIN. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Nova cultural. Os economistas, Rio de Janeiro, 1985.

Sertão, essa atividade de pequenos produtores produção de alimentos e artesanato mercantil representou a reprodução da vida material das populações pobres, consumada nas feiras sertanejas. Realçando o exemplo da tecelagem, apontamos a anterioridade indígena na domesticação das plantas têxteis dos sertões, cuja tecnologia foi apreendida pelos sertanejos e transmitida de modo quase estático na Colônia, no Império, chegando até os dias de hoje. Ao falar da indústria doméstica nativa, salientamos a continuidade técnica entre índios e sertanejos, dando relevo à monografia de Arruda Câmara, o qual sistematizou uma base de dados sobre a tecelagem do caroá e outras plantas fibrosas nativas, em 1810, sugerindo a instalação de manufaturas de beneficiamento dessa bromeliácea nas zonas de maior ocorrência na caatinga, reputando as cordas feitas com essa fibra como as preferidas dos vaqueiros da região. Corroborando esses dados, é do fim do século XIX essa informação do engenheiro Louis Lombard, em passagem pelo Semi-árido pernambucano:

*" Existe em todo o município de Bulque uma indústria têxtil, embora pouco desenvolvida ainda, mas da qual grande quantidade de famílias sertanejas aufera os meios de subsistência: é a fabricação de cordas. A planta têxtil empregada é o caroatá, mais conhecida pelo nome de caroá ou croá; é nativa e cresce abundantemente em todo o sertão de Bulque, especialmente na caatinga.*

*Os sertanejos cortam as folhas mais compridas da planta e depois de separar à mão o tecido celular inútil do tecido fibroso, deixam este de molho, alguns dias, para completar a separação.*

*Por uma exposição ao sol, secam-se as fibras e estas são depois trançadas em cordas, quer à mão, quer por meio de um aparelho, o mais rudimentar possível, chamado engenho, que consiste apenas em uma manivela fixada numa táboa, para torcer a corda à medida que se ajuntam as fibras umas às outras.*



*Por esse simples processo fazem cordas muito procuradas em todo o Estado, pela sua resistência e preço módico. O município de Buíque exporta anualmente mais de 50.000 peças de corda".*<sup>20</sup>

A flora sertaneja constituiu-se sempre em um imenso e variado laboratório natural para a população autóctone e depois, para a população que se formou nesses rincões nordestinos. Elegemos como objeto de estudo conhecer a tecelagem do caroá planta nativa do Semi-árido- pois, em torno do aproveitamento dessa planta estruturou-se um segmento produtivo o qual, após atravessar os séculos numa base técnica rudimentar nos marcos da indústria doméstica, logrou passar do artesanato à fábrica, com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas- força motriz mecânica, trabalho assalariado e a expansão do capital industrial às caatingas sertanejas materializadas nas usinas desfibradoras de caroá, a partir dos anos 1930 do século XX.<sup>21</sup> Até essa data porém, o que vigorou foi a economia de pequenos produtores, a qual apenas roçava a sólida blindagem da economia de mercado externo, apesar de situar-se contiguamente aos terrenos agricultáveis e aos pastos das fazendas. Não obstante, ao constituir lentamente um protomercado interno regional, propiciou o adensamento da população e, como citamos acima, "deram força ao trabalhador para produzir as mercadorias que faziam a riqueza dos senhores e do Estado", além de efetivar a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre no país, não se verificando problemas graves de descontinuidade na oferta da força de trabalho nos engenhos e fazendas nordestinos.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins. *Um sertanejo e o Sertão*. 2ª ed. José Olímpio/MEC, Rio de Janeiro. 1976.

<sup>20</sup> LOBARD, Louis. *Revista do IAGH-PE*. Vol. 12, N°. 66, 1895. Arquivo Público Estadual, Recife, 1907.

<sup>21</sup> PATRIOTA, Fernando Roberto Barros. *Industrialização do caroá no Sertão de Pernambuco(1932/1955): um processo interrompido*. Mestrado, UFPE, 1992. Recife. Inédito.

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4ª ed. Ciências Humanas, 1980.
- BERNARDES, Denis e CORREA, Sonia. *Agricultura e crescimento urbano: a formação da rede urbana no Agreste pernambucano*. PIMES/UFPE, 1979.
- CÂMARA, Arruda. *Dissertação sobre plantas que podem dar linhos*. In: *Obras Reunidas por José Antonio Gonsalves de Mello*. Recife. 1978.
- HOFFNAGEL, Marc J. *O trabalho livre, marginalização e manifestações políticas: o homem livre pobre na sociedade paraibana*. Rev. Ciência Histórica, UFPB, 1985, João Pessoa.
- LÊNIN. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria*. (Col. Os Economistas), Nova Cultural. Rio de Janeiro. 1985.
- LOMBARD, Louis. Rev. do I A G H- PE, vol. 12, Nº 66, 1895. Arquivo Público Estadual. Recife. 1907.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, vol. I; Livro 3, vol. 5. (Trad. Reginaldo Sant'Anna). Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1980.
- MELO, Mário. *Os Carnijós de Águas Belas*. In., *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Arquivo Público Estadual. Recife. 1950.
- MELLO, Maria Regina C. *A industrialização do algodão em São Paulo*. Ed. perspectiva. São Paulo. 1983.
- MOURA, Abdias. *O Sumidouro do São Francisco. Subterrâneos da Cultura Brasileira*. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1985.
- PATRIOTA, Fernando R. B. *Industrialização do Caroá no Sertão de Pernambuco(1932/1955): um processo interrompido*. Dissertação de mestrado-UFPE. 1992. Recife. Inédito.
- PINTO, Estevão. *As máscaras de dança dos Pancararu de Tacaratu (remanescentes indígenas do Sertão de Pernambuco)*. In: *Rev. Nordeste Indígena- FUNAI*. Recife. 1991.
- STRAUCH, Ney. *Tirador de caroá/as usinas de caroá*. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Julho/setembro, 1949.
- STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950*. Campus Ltda. Rio de Janeiro. 1979.
- VIANNA, Oliveira. *História social da economia capitalista no Brasil*. EDUFF. Niterói. Rio de Janeiro. 1987.
- XAVIER, Lauro Pires. *O Caroá. Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A*. 1ª ed, Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1942. 2ª ed, fac - similar. Natal, 1982.